

d) Ter cumprido deveres militares e/ ou de serviço cívico, quando obrigatórios;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais:

a) Possuir conhecimentos para o desempenho do cargo a ocupar;

6 — Métodos de Selecção: Avaliação curricular e entrevista profissional.

7 — Júri do Concurso:

Presidente: Presidente da Junta, Paula Cristina Rocha Ferreira de Sousa

Vogais efectivos: 1.º Vogal: Secretário: Manuel Soares Freitas; 2.º Vogal: Tesoureiro: Domingos Augusto Teixeira Brás

Vogais suplentes:

1.º Vogal: Presidente da Assembleia de Freguesia: Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira; 2.º Vogal: 1.º Secretário da Assembleia de Freguesia: Armindo Novais Rodrigues

O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

8 — As actas do Júri onde constem os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final dos métodos serão facultadas aos candidatos sempre que formalmente o requeriram.

9 — Formalização de candidaturas: as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento, dirigido à Presidente da Junta de Freguesia, entregues pessoalmente na Secretaria desta Junta de Freguesia, ou enviadas por correio com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para o endereço Rua da Igreja n.º 380, 4820-071 Estorãos.

9.1 — Do requerimento deve constar:

9.1.1 — Identificação do candidato — Nome completo, estado civil, profissão, filiação, naturalidade, data de nascimento, morada com indicação do código postal, telefone, e-mail, número e data do bilhete de identidade/cartão do cidadão e número de contribuinte fiscal;

9.1.2 — Identificação do concurso a que se candidata, com referência à data, numero e série do *Diário da República* em que o aviso foi publicado;

9.1.3 — Declaração sob compromisso de honra da situação precisa em que se encontra relativamente aos requisitos gerais de provimentos a que aludem as alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 5.1. deste aviso.

9.2 — Ao requerimento de admissão deve ser junto:

a) Documento comprovativo das habilitações académicas e ou profissionais que possui;

b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão do cidadão actualizada;

c) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, anexo de fotocópia dos documentos comprovativos dos elementos nele constantes;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que constituam motivo.

10 — O júri pode ainda exigir dos candidatos a apresentação de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito.

11 — A não apresentação dos documentos comprovativos de requisitos de admissão constantes do aviso determina a exclusão do concurso.

12 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documentos falsos implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme as situações.

13 — Local de afixação da lista unitária de ordenação final dos candidatos: edital, no Edifício da Sede da Junta de Freguesia e em www.jfestoraos.com.

14 — Nos termos do artigo 4.º n.º 3 da Portaria n.º 83-A/2009, a necessidade de consulta à ECCRC (Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento) não foi efectuado, pelo motivo de ainda não existir pessoal em reserva de recrutamento, uma vez que a recente entrada em vigor do diploma ainda não permite.

15 — Classificação final: Traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores, e resultará da soma das classificações obtidas nos critérios de avaliação definidos.

Estorãos, 25 de Junho de 2010. — A Presidente da Junta, Paula Cristina Rocha Ferreira de Sousa.

303418138

FREGUESIA DE FAJARDA

Aviso n.º 13345/2010

Lista Unitária de Ordenação Final

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, para contratação por tempo determinado, contrato a termo resolutivo certo, pelo período de 12 meses, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional para o exercício de funções inerentes ao conteúdo funcional de Tractorista, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 21 de Maio de 2010, a qual foi homologada por deliberação da Junta de Freguesia de Fajarda, datada de 21 de Junho de 2010.

Candidato Aprovado:

Alexandra Isabel Godinho Rodrigues = 11,90 valores.

Não houve candidatos excluídos e verificou-se a inexistência de candidatos para o exercício destas funções, que se encontrem em situação de mobilidade especial.

23 de Junho de 2010. — O Presidente, *Ilídio António Martins Serador*.

303410434

FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA

Aviso n.º 13346/2010

Procedimento concursal assistente operacional

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º, da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e em conformidade com as deliberações tomadas, constantes na acta da 9.ª reunião do júri do concurso em 14/06/2010, a qual foi homologada pelo Órgão Executivo da Junta de Freguesia, em reunião extraordinária, do dia 28/06/2010, conforme Acta N.º 14/2010, torna-se público a lista de ordenação final, referente ao procedimento concursal para contratação por contrato a tempo indeterminado, de doze lugares de Assistente Técnico.

Candidatos	Classificação final
Ana Maria Salgueiro Antunes	14,5
Carlos Francisco Rodrigues	14,5
Helena Maria Dias Miranda	14,5
Diamantino António Lança Palas	14,25
Gualdino José Estrabocha Lascas	13,625
Amélia Rosa Miranda Dinis	13,25
Carmelinda Maria Palma Emidio Pereira	13,25
Marco Paulo dos Santos Duarte	13,25
Maria Celeste Faria Moço Coelho	13,25
Virgílio da Silva Coxo	13,25
Francelina Maria Santana Martins	12,625
Manuel Jorge Sobreira	12,625
António Alexandre Mendes da Silva	10
Maria Manuela de Jesus Reisingo da Costa	9,875
Maria Matilde Gomes Galo Besugo	9,5

28 de Junho de 2010. — O Presidente da Junta, *Luis Alberto Miranda Custódio*.

303423824

FREGUESIA DE REBOLEIRA

Despacho (extracto) n.º 10991/2010

Considerando Despacho n.º 9 do Presidente da Junta de Freguesia da Reboleira, em que foi estabelecido o limite orçamental para efectuar as alterações de posições remuneratórias e o respectivo universo de trabalhadores a considerar para este efeito;

Considerando que compete ao dirigente máximo do serviço alterar excepcionalmente, o posicionamento remuneratório dos trabalha-

dores, ouvido o Conselho de Coordenação de Avaliação, emitido em 24/03/2010;

Considerando a existência de disponibilidade orçamental para efectuar as alterações excepcionais de posicionamento remuneratório;

Considerando que se encontra reunidos os requisitos legais aplicáveis; Determino, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010 a alteração para a posição remuneratória imediatamente seguinte, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro dos seguintes trabalhadores:

José Alberto Sousa Julião, alteração para a 9.ª posição remuneratória da categoria de Encarregado a que corresponde o vencimento de 892,53€, Teresa da Silva Pinto, alteração para a 12.ª posição remuneratória da categoria de Encarregado a que corresponde o vencimento de 1047,00€, Cândida Azevedo Sousa, alteração para a 3.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional a que corresponde o vencimento de 583,58€, Isabel Maria Mendes Fernandes Luzia Correia de Araújo, alteração para a 7.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Técnica a que corresponde o vencimento de 789,54€, Alexandra Margarida de Ataíde Malafaia de Spínola Leitão, alteração para a 17.ª posição remuneratória da categoria de Coordenadora Técnica a que corresponde o vencimento de 1201,48€.

Este Despacho vai ser publicado de acordo com o disposto no n.º 4 do Artigo 48.º da lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, apresentando-se de seguida a fundamentação da alteração de posicionamento remuneratório e o parecer do conselho de coordenação de avaliação da Junta de Freguesia da Reboleira, reunido a 24/03/2010.

Esta decisão tem por base a seguinte fundamentação:

1 — O percurso Profissional destes funcionários, desde o momento em que entraram ao serviço desta Freguesia, tem-se destacado pelo elevado profissionalismo, empenho e dedicação.

2 — A sua disponibilidade e espírito de iniciativa têm sido de extrema relevância para a rápida e eficaz resolução de questões que se colocam diariamente à população.

3 — Com elevada capacidade de organização e planeamento e cumpridores das normas internas da Freguesia, têm contribuído de forma decisiva para um serviço de qualidade, nos serviços administrativos e externos.

4 — O desempenho obtido pelos funcionários, na avaliação de desempenho referente ao ano de 2009, foi classificado com as menções de excelente e muito bom (imediatamente inferior ao máximo). Esta deliberação produz efeitos de 01 de Janeiro de 2010, conforme o n.º 5 do artigo 48.º, da lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Reboleira, 21 de Junho de 2010. — O Presidente, *Alcides Alberto Neves de Matos*.

303414347

FREGUESIA DE TORRÃO

Aviso n.º 13347/2010

Para efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que esta Junta de Freguesia vai prorrogar por mais 12 meses a duração do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com o Senhor Paulo Alexandre da Silva Selão, com a categoria de Assistente Operacional, com início em 16 de Junho de 2010.

Secretaria da Junta de Freguesia de Torrão, 17 de Junho de 2010. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Décio Rodrigues Fava*.

303410572

FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 13348/2010

Abertura de Concurso para um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente técnico, conforme caracterização no mapa de pessoal

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º, alínea b) do n.º 1, 3 e 4 do artigo 7.º e artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de 8 de Fevereiro de 2010 que, se encontra aberto procedimento concursal para o recrutamento de um trabalhador, com vista à constituição de uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano renovável nos termos do artigo 104.º do RCTFP (Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas), a fim de proceder ao preenchimento de um posto de trabalho no Mapa de Pessoal da Freguesia de Vila Real de Santo António,

na categoria de assistente técnico, da carreira geral de assistente técnico, na área de administrativa, para desempenhar funções na Secretaria da Freguesia de Vila Real de Santo António.

1 — Descrição sumária das funções: Funções de natureza executiva de aplicação de métodos e processos com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços, às quais corresponde o grau 2 de complexidade funcional, Nomeadamente actualizar a Página Web da Freguesia, apoiar o programa Férias em Movimento através da gestão de Stocks, aquisição de materiais necessários, etc.

2 — Habilitações literárias e profissionais exigidas: 12.º ano, na área de contabilidade e cálculo financeiro, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, e formação específica na área.

Necessidade de formação em Criação de Página *web* para Hiper-texto.

3 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Local de trabalho: Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António.

6 — Requisitos de admissão: Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, são os seguintes:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.1 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento;

7 — Forma e prazo para apresentação das candidaturas:

7.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

7.2 — Forma — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento obrigatório dos elementos constantes do formulário tipo, disponível na Secretaria desta Autarquia e entregue pessoalmente no Secretaria da Junta de Freguesia, de Segunda a Sexta-Feira, das 10H às 14H, ou remetido pelo correio registado com aviso de recepção para — Freguesia de Vila Real de Santo António, Rua General Humberto Delgado n.º 53, 8900 311 Vila Real de Santo António.

7.3 — A apresentação de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, de fotocópia do certificado legível de habilitações, *curriculum vitae* datado e assinado, fotocópia dos comprovativos das acções de formação e da experiência profissional declarados no curriculum, fotocópia do Bilhete de Identidade e do cartão de identificação fiscal.

8 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei.

8.1 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu *curriculum vitae*, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.2 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que as solicitem.

9 — Métodos de selecção: Os métodos de selecção a utilizar são a Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências, Entrevista Profissional de Selecção.

A) Avaliação Curricular (AC) — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica e profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação académica ou curso equiparado, Formação profissional, Experiência